

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS**

**Elisa Farias Deler**

**LINGUAGEM E ENSINO**

Porto Alegre  
2015

**Elisa Farias Deler**

## **LINGUAGEM E ENSINO**

Trabalho de Conclusão de Curso do curso apresentado como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Letras Licenciatura Português-Inglês, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: **Prof. Dr. Arcanjo Pedro Briggmann**

Porto Alegre

2015

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a

Tania Magda Bacchieri Farias, minha mãe, minha maior professora.

Manuel Zarazaga Deler, meu pai, que completa minha existência terrena.

Jonas Farias Deler, meu irmão, que sempre será parte de mim..

Rafael Rieth, meu companheiro,

Anelise Magalhães, Heloísa Schardosin, Priscila Daniel e Quélen Rocha, minha família escolhida

e ao Merlin, minha companhia de todos os dias.

Vocês fazem o meu mundo sorrir, estando nesta ou em outra dimensão.

E ao meu querido orientador, que faz justiça ao nome, Arcanjo, um dos professores mais humanos que conheci na vida.

**Pra que a gente escreve se não é para juntar nossos pedacinhos? Desde que entramos na escola ou na igreja, a educação nos esquarteja: nos ensina a divorciar a alma do corpo e a razão do coração.**

**Eduardo Galeano**

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Graduação tem como objetivo desenvolver, a partir da análise e conexão de diversas teorias de autores e filósofos renomados, uma teorização e uma reflexão que têm como proposta promover a construção de um maior conhecimento sobre o que vem a significar o ensino de língua portuguesa a partir do que se propõe como uma educação mais desenvolvida e promissora do que a que vem até hoje sendo desenvolvida nos âmbitos escolares brasileiros. A partir das reflexões e ideias de práticas realizadas em sala de aula, verifica-se a importância de uma sequência didática planejada, rica em possibilidades de relações sobre a diversidade de aspectos temáticos, estruturais e discursivos de um gênero textual específico, com intervenções provocativas dos processos de inferências, além de um ensino que vise à autonomia e a aprendizagem efetiva, que não se esvai, que é praticada, que gera curiosidade e que se coloca como elemento que conversa com o mundo e com a realidade. Afinal, aprender é aprender sobre o mundo, não importa qual seja a disciplina.

Palavras-chave: Ensino; Autonomia; Mundo; Língua Portuguesa.

## RESUMEN

Este Trabajo de Conclusión de Graduación tiene como objetivo desarrollar, a partir del análisis y conexión de diversas teorías de autores y filósofos importantes, una teorización y una reflexión que tiene como propuesta promover la construcción de un mayor conocimiento sobre como una educación más desarrollada y prometedora que la que hasta hoy ha sido desarrollada en los ambientes escolares brasileños. A partir de las reflexiones e ideas de prácticas realizadas en clase, se ve la importancia de una secuencia didáctica bien planificada, con muchas posibilidades de relaciones sobre la diversidad de aspectos temáticos, estructurales y discursivos de un género textual específico, con intervenciones provocadoras de los procesos de inferencias, además de un ensino que se direcciona a la construcción de la autonomía y del aprendizaje efectivo, que no se va, que es practicado, que genera curiosidad y que es un elemento que está conectado con el mundo y con la realidad. Por fin, aprender es aprender sobre el mundo, no importa la disciplina.

Palabras llave: Ensino; Autonomía; Mundo; Lengua portuguesa.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 OBJETIVOS .....</b>	<b>12</b>
<b>3 O QUE É EDUCAÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>4 CONSEQUENCIAS DA EDUCAÇÃO ATUAL .....</b>	<b>20</b>
<b>5 EDUCAÇÃO E LINGUAGEM .....</b>	<b>23</b>
<b>6 PROPOSTAS DE ENSINO .....</b>	<b>33</b>
<b>6.1 Atividade 1 – Aula sobre conhecimento .....</b>	<b>33</b>
<b>6.2 Atividade 2 – Aula sobre reflexão e discussão de temas atuais.....</b>	<b>34</b>
<b>6.3 Atividade 3 – Aula sobre problemas sociais importantes.....</b>	<b>36</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>38</b>
<b>8 BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>43</b>

## 1 INTRODUÇÃO

É senso comum as pessoas considerarem toda a historicidade bélica da sociedade humana um absurdo. O ser humano contemporâneo, de forma geral, indigna-se com as histórias de genocídio, de abuso de poder, de racismo e preconceito que reverberaram no mundo por incontáveis séculos. Milhões de pessoas consideram esses fatos como inaceitáveis, mas eles seguem acontecendo. Em pleno século XXI, ainda temos guerras, ainda temos genocídios, ainda temos racismo, homofobia e milhares de injustiças ocorrendo diariamente. A sociedade não aprendeu nada? A sociedade não evoluiu? Esses são questionamentos diários. E quando me questiono sobre como poderíamos alterar essa realidade, construir um mundo melhor, concluo (utopicamente?) que a única forma de existir uma sociedade são se daria através da formação de cada cidadão, uma formação que envolve princípios, valores, caráter, uma formação que representaria o que é uma educação ideal.

No entanto, surge um questionamento pertinente: o que é uma educação ideal e quem tem o poder para determiná-la? No decorrer da história, cada povo ou nação projeta um modelo, uma concepção do que vem a ser um jovem educado ou cidadão ideal. Esse ideal, dessa forma, coloca-se como impossível de ser universalmente partilhado, adotado por todos os seus contemporâneos de uma forma inquestionável. Coexistindo no mesmo período histórico, assiste-se à existência de dois ou mais modelos ideais não só divergentes como também opostos. Um exemplo clássico é o que se deu com os padrões educacionais que servem até hoje como matrizes da cultura pedagógica ocidental, o espartano e o ateniense (entre os séculos 7 e 4 a.C.). Os valores vigentes na educação pelos dois povos eram significativamente distintos. Esparta era uma sociedade assolada pela realidade bélica, por ataques inimigos e pela necessidade de poder defender-se. Por isso, sua educação voltou-se para a necessidade daquele momento, para a formação bélica, a salubridade física, a capacidade de matar, a formação do nobre guerreiro. Já em Atenas, a educação era influenciada pelos filósofos da época, que, humanistas, prezavam uma formação humana para a reflexão, para os ideais de justiça e para o crescimento do espírito. Tais vertentes educativas influenciavam na percepção do que era ser humano, do que era valoroso ou não, do que era ser útil. Na Roma antiga, por exemplo, tanto os nobres como os plebeus tinham

permissão para sacrificar os filhos que nasciam com algum tipo de deficiência. Da mesma forma, em Esparta, os bebês e as pessoas que adquiriam alguma deficiência eram lançados ao mar ou em precipícios. Já em Atenas, influenciados por Aristóteles – que definiu a premissa jurídica até hoje aceita de que “tratar os desiguais de maneira igual constitui-se em injustiça” – os deficientes eram amparados e protegidos pela sociedade. A mesma relação sobre as diferenças dos padrões educacionais pode-se fazer quando se trata da discussão trazida por Carlos Rodrigues Brandão, em seu livro “O que é Educação”, em que cita a diferença do ideal de educação para os colonizadores e para os indígenas nas terras da América:

A educação existe no imaginário das pessoas e na ideologia dos grupos sociais e ali sempre se espera, de dentro, ou sempre se diz para fora, que a sua missão é transformar sujeitos e mundos em alguma coisa melhor, de acordo com as imagens que se tem de uns e outros. Mas na prática a mesma educação que ensina pode deseducar e pode correr o risco de fazer o contrário do que pensa que faz, ou do que inventa que pode fazer (BRANDÃO, 1981, p.12).

Falar-se em uma universalidade de valores, portanto, que deveria reger a educação mundial, é uma utopia. No entanto, existem valores universais, e esses estão documentados: trata-se dos direitos humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas afirma que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.” Acredito que é em respeito a isso que deveria se consolidar a educação mundial, o que infelizmente não ocorre devido a crenças e ideologias culturais. Dessa forma, mulheres são apedrejadas, guerras ainda são travadas, pessoas são mortas em nome da religião, em nome do preconceito ou em nome da cultura. Isso é inaceitável. No entanto, os Estados africanos que acordaram a Declaração de Túnez, em 6 de novembro de 1992, afirmaram que não se pode prescrever um modelo de direitos determinado a nível universal, já que não podem se desvincular as realidades históricas e culturais de cada nação e as tradições, normas e valores de cada povo. Essa é, portanto, uma questão delicada e que envolve, em nível mundial, o conceito de educação. Toda essa discussão e os mais diversos problemas do mundo são questões extremamente importantes para o conhecimento do ser humano. Para formar opinião, para atuar na sociedade, precisa-se, antes, conhecer.

O ser humano é um ser por natureza formador de opinião, regido por valores e sentimentos, mas como ele os forma? Através da educação, e não falo aqui em educação escolar simplesmente, mas da educação que cada momento da vida nos traz. É através do contato cultural que o ser humano percebe os valores implicados em todas as situações e forma os seus próprios, através de uma leitura da linguagem do mundo, da linguagem histórica, da linguagem cultural, da linguagem da arte etc. Um ser que lê não é apenas o ser alfabetizado para o entendimento das letras e das palavras, mas o ser que compreende as mais diversas formas de linguagem, as quais representam o que constitui a sociedade, aquele que entra em contato com a linguagem e com os fatos do mundo de forma crítica, com autonomia, uma autonomia construída pelo exercer, pelo reconhecimento de sua liberdade de expressão, de sua capacidade comunicativa, de seu papel e de sua importância como cidadão. Acredito ser isso o que falta ser concretizado através da educação do ser humano, e para essa, o âmbito escolar apresenta papel essencial, ainda que não absoluto.:

Na espécie humana educação não continua apenas o trabalho da vida. Ela se instala dentro de um domínio propriamente humano de trocas: de símbolos, de intenções, de padrões de cultura e de relações de poder. Mas, a seu modo, ela continua no homem o trabalho da natureza de fazê-lo evoluir, de torná-lo mais humano (BRANDÃO, 1981, p.14).

Como professora de língua portuguesa, penso que me cabe refletir e construir uma forma de trabalhar esses valores através dessa disciplina, o que deveria, claro, ser construído através de todas as áreas de estudo e inclusive através da inserção de outras disciplinas e projetos nas escolas. Porém, aí já se fala em reforma educacional, e não é este o objetivo desse trabalho de pesquisa. Por essas razões, decidi refletir sobre como vem ocorrendo a educação, enfatizando a disciplina de língua portuguesa, no que concerne ao que acredito ser o objetivo essencial da educação, e como deveria ser, seguindo o pressuposto dos valores que constituem o ser humano, anteriormente citado, trabalhando, principalmente, como isso se daria através do conhecimento da linguagem. Isso deveria ocorrer a partir da perspectiva de que os sujeitos se constituem na linguagem e pela linguagem. É tarefa primordial da escola, dessa forma, possibilitar aos alunos que se utilizem de suas próprias palavras autonomamente, formando opinião própria, liberdade expressiva e criticidade. É por meio da linguagem, pois, que o ser humano cria o mundo, e é a

linguagem que constrói o ser humano. A partir dela, configuram-se todas as perspectivas do homem sobre a realidade, sobre a vida, sobre a sociedade, sobre tudo que o circunda.

## 2 OBJETIVOS

Inspirado pela revolta perante as injustiças e os problemas sociais e regido pela certeza do poder transformador da educação, por meio da qual os seres humanos se constituem, este estudo busca mostrar como um trabalho efetivo com a linguagem na escola pode colaborar na construção de uma sociedade melhor através da aplicação de uma educação ideal, discutindo, no primeiro capítulo, no que consiste essa educação. Obviamente, com apenas essa disciplina escolar não se vai mudar o mundo, mas pode-se, através dela, proporcionar aos indivíduos a possibilidade de se organizar e de organizar o mundo, de tal maneira que a apropriação da linguagem e dos discursos que por ela se efetivam possam significar, para o aluno, a conquista da possibilidade de escolha e, conseqüentemente, da autonomia. Além disso, busca-se dissertar sobre o que pode ser realizado, no trabalho dessa disciplina, em busca de uma formação do indivíduo para o respeito à dignidade e à liberdade, em compreensão dos direitos e deveres humanos, do desenvolvimento da personalidade, do caráter ético, moral, solidário, que visa ao bem comum, da adaptação aos processos tecnológicos e científicos e da possibilidade de acesso a seus recursos, da reflexão crítica para a condenação da desigualdade, da injustiça e dos preconceitos.

O ideal seria que todas as disciplinas escolares trabalhassem em prol desse objetivo, e para isso seria necessária uma significativa reforma educacional com projetos envolvendo todas as áreas do conhecimento, pretensão demasiada para um simples trabalho de conclusão de curso.

Este trabalho objetiva, como conclusão de uma formação em Letras, construir uma reflexão sobre como o ensino de língua portuguesa vem se dando através da educação, configurando-se essa reflexão a partir da análise do que é educação e culminando em uma construção teórica sobre como deveria se dar através do ensino de língua portuguesa no Brasil, com ainda alguns exemplos práticos.

### 3 O QUE É EDUCAÇÃO

Diversas são as definições de educação, dos mais variados educadores e das mais divergentes filosofias e concepções sociais que marcaram o processo de formação intelectual no decorrer da história humana. De acordo com a definição legislativa, a educação representa um sistema idealizado, em que se forma o indivíduo para o respeito à dignidade e à liberdade, em compreensão dos direitos e deveres humanos, representa o fortalecimento nacional, o desenvolvimento da personalidade, do caráter ético, moral, solidário, que visa ao bem comum, à adaptação aos processos tecnológicos e científicos e à possibilidade de acesso a seus recursos, à preservação da cultura, do patrimônio, condenação da desigualdade e dos preconceitos. Principalmente, fala-se em uma educação para a cidadania e para a qualificação para o trabalho, como consta na definição inserida na Lei:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 9.394/96. Diretrizes e Bases da Educação Nacional, p.22 ).

Esses aspectos estão presentes na Legislação Brasileira sobre Educação, mais especificamente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). São, de fato, positivos e se referem a uma educação de qualidade. No entanto, eles são efetivos? Essa educação está acontecendo? Isso é educação? Brandão responde a essas questões, criticando a não funcionalidade da lei educacional no sistema brasileiro:

[...] do outro lado do palco, intelectuais, educadores e estudantes fazem e refazem todos os dias a crítica da prática da educação no Brasil. Eles levantam questões e afirmam que, do Ministério à escolinha, a educação nega no cotidiano o que afirma na Lei. Não há liberdade no país e a educação não tem tido papel algum nos últimos anos para a sua conquista; não há igualdade entre os brasileiros e a educação consolida a estrutura classista que pesa sobre nós; não há nela nem a consciência nem o fortalecimento dos nossos verdadeiros valores culturais (BRANDÃO, 1981, p.25).

Pode-se dizer, portanto, que a educação representa um processo de desenvolvimento integral de todas as potencialidades do indivíduo e as desenvolve a partir dos mais diversos âmbitos sociais e momentos da vida, propiciando a transformação positiva do ser humano. A educação deve se constituir em uma

ponte capaz de gerar a verdadeira liberdade, uma ponte cuja subjetividade é inerente, uma ponte que encaminhe aquilo que já é inato ao homem para a evolução, para a vida e para a cidadania. No entanto, focando-se no termo cidadania, podemos nos questionar sobre do que ela se constitui. Voltando-se aos princípios filosóficos de Jean-Jacques Rousseau (1762), pode-se dizer que esse termo pode não representar completude, pois a formação plena do indivíduo deveria se constituir em “homem” ou “cidadão” e unir os dois elementos seria, de acordo com ele, praticamente impossível. Ser homem representava ser um ser humano guiado por suas emoções, seus instintos, seus sentimentos, sua personalidade. Já ser cidadão representava, basicamente, uma espécie de fidelidade patriótica, uma ótica pessoal que visasse à nação e à pátria de forma plena. Dessa forma, no momento em que os interesses patrióticos ferissem o sentimento, o ego ou a vida da pessoa de forma negativa (exemplo: perda de parentes na guerra pela defesa da pátria), haveria um conflito em relação a contradizer-se a si mesmo como ser humano, hesitando entre suas inclinações como homem e seus deveres como cidadão. Isso geraria contradições:

Dessas contradições nascem as que experimentamos sem cessar em nós mesmos. Arrastados pela natureza e pelos homens por caminhos contrários, obrigados a nos desdobrarmos entre tão diversos impulsos, seguimos um, de compromisso, que não nos leva nem a uma nem a outra meta. Assim, combatidos e hesitantes durante toda a nossa vida, nós a terminamos sem ter podido acordar-nos conosco, e sem termos sido bons para nós nem para os outros (ROUSSEAU, 1762, p.14).

Essa ideia de contradição trazida por Rousseau nos leva a um forte questionamento sobre o que é a cidadania. Para ele, cidadania representava uma fidelidade à pátria acima das necessidades pessoais. Essa relação da cidadania com o patriotismo, no entanto, nos dias atuais não se configura de forma abrangente, pois o mundo globalizou-se, e pertencemos a uma sociedade mundial. Na época de Rousseau, vivia-se um contexto de afirmação patriótica muito forte, pois muitos países aí principiaram sua liberdade perante as metrópoles colonizadoras, a partir da Revolução Francesa, o que gerou uma necessidade de autoafirmação por parte dos países. Esse contexto histórico influenciou bastante a reflexão sobre a educação produzida por Rousseau. A partir disso, cabe lembrar o fato de que a definição de educação altera-se não só em relação à cultura, à nação e à comunidade, mas também com o passar do tempo, com as mudanças do

mundo, que são incessantes. Hoje, o mundo é outro, completamente diferente do mundo de há cem anos, completamente distinto do que foi em tantas outras épocas da história, e a cidadania é outra; ela não é patriótica, mas mundial, não envolve apenas uma nação. Existe, atualmente, uma consciência de sociedade planetária decorrente da globalização. Dessa forma, todo projeto educacional é um projeto de sociedade, um projeto que visa a abarcar a todos, haja vista que essa sociedade é globalizada, é mundial. Na atualidade, o cidadão é, acima de tudo, cidadão do mundo. Cidadania, portanto, vem a ser tratada, aqui, neste trabalho, de agora em diante, como pertencimento e abarcamento do mundo, significando o cidadão que se compõe para o mundo, para a globalização, para a humanidade, para a melhoria da inteireza do planeta.

A educação, portanto, abrange todas as áreas da vida de forma global, da experiência e do conhecimento, envolvendo diversidade, plenitude, inter-relação, consistência e flexibilidade, funcionamento real e em rede, condicionado à inteireza da vida e do mundo; contempla todos os aspectos, do micro ao macro, pois não há limite para a sabedoria. Educação verdadeira inspira, instiga o aprendizado, inspira para a vida, para o crescimento do espírito, para o desenvolvimento do ser, da alma, para o reconhecimento da vida e de tudo que a integra, para a percepção do mundo, para o entendimento da história, da sociedade, da natureza, da lógica, da ética, da moral, da justiça, da igualdade etc. Alguns falam ainda da relação da educação com a perfeição do ser.

Para Kant, por exemplo, o fim da Educação é desenvolver em cada indivíduo toda a perfeição de que ele seja capaz. Surge, no entanto, aí, um questionamento: o que é a perfeição? Esse termo, já tanto discutido, carrega uma das mais variáveis definições em nossa sociedade. Cada cultura, cada povo, cada comunidade, cada família, cada ser apresenta uma ideia diferente do que seja perfeito. Perfeição tem a ver com gosto, com interesse, com valorização, com importância, e todos esses são elementos extremamente voláteis. Kant mencionou uma perfeição que para ele é clara, que envolve a plenitude dos princípios e valores morais e éticos do ser humano, de que ele tanto trata em sua filosofia, mas, para outrem, que não compartilha da mesma opinião, da mesma teoria, da mesma visão, tal definição coloca-se como vazia. Falar em perfeição não é suficiente e leva a diversas interpretações. Isso incute a ideia de que a educação tem um fim, que atinge um

ápice no ser humano em que este, já perfeito, talvez a possa descartar e dela não precise mais. No entanto, a educação é um processo que nos acompanha até o último suspiro de vida, pois todo pensamento, toda reflexão constituem uma construção, constituem aprendizado. Pode-se concluir também, a partir da definição de Kant, que o ser nasce, portanto, imperfeito e imperfeito segue por muitos anos até que atinja a perfeição após ter sido educado. O ser humano seria, portanto, por natureza, inculto. Com isso, concorda também Rousseau:

“Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos desprovidos de tudo, temos necessidade de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer, e de que precisamos quando adultos, é-nos dado pela educação” (ROUSSEAU, 1762, p.2).

Essa ideia de fraqueza e de desproimento confere à educação um papel de plenitude, um papel de elemento que vem a preencher todas as lacunas existentes para a formação de um ser humano. O homem é, portanto, débil, frágil e vazio sem educação, pois ela o constitui e forma quem ele é e será. Ela lhe é oportunizada das mais diferentes formas no mais diversos momentos, e ela está, assim como afirma Rousseau, na natureza, nas coisas e no próprio homem. Ela é, inclusive, oportunizada de modo que as influências do meio em que se insere o indivíduo são essenciais à sua formação, seja meio cultural, social, político, econômico etc. A arte influencia o homem, o mundo influencia o homem, o homem influencia o homem. Já refletia Platão, em seu famoso livro “A República”, considerado por Rousseau o maior tratado de educação já escrito, sobre tais influências, principalmente sobre as da arte, dos homens e do meio. Por meio de diálogos filosóficos, ele compõe reflexões bastante profundas sobre a formação de um indivíduo educado:

Sócrates — Mas são os poetas os únicos que devíamos obrigar a só introduzir nas suas criações senão a imagem do bom caráter? Não cumpre vigiar também os demais artífices e impedi-los de introduzir o vício, a incontinência, a baixeza e a feiura na pintura dos seres vivos, na arquitetura ou em qualquer outra arte? E, se eles não conseguem conformar-se a esta regra, não devemos proibi-los de trabalhar entre nós, no temor de que os nossos guardiões, criados no meio das imagens do vício como num mau pasto, colham e pastem aí, um pouco cada dia, muita erva funesta, e destarte acumulem, sem que o saibam, um grande mal em suas almas? Não é preciso, ao contrário, procurar os artesãos bem dotados para seguir de perto a natureza do belo e do gracioso, a fim de que os nossos moços, como os habitantes de uma região sadia, aproveitem de tudo o que os cerca, de qualquer lado lhes venham aos olhos ou ouvidos uma efluência das belas obras, qual uma brisa a trazer a saúde de regiões salubres e dispô-los insensivelmente, desde a infância, a imitar, a amar a bela razão e a pôr-se de acordo com ela?

Glauco — Não se poderia criá-los melhor.  
(PLATÃO, 380 a.C., p.87).

Platão, fundador da Academia de Atenas e mestre dos demais filósofos da época, apresentava o seu ideal de sociedade, de educação, de cidadania. Em sua obra “A República”, proclamava, através dos diálogos de seus personagens, uma educação em prol da elevação do espírito para os bons costumes, em prol da busca da verdade e da justiça. Considerava a arte como fator fortemente influente na população ateniense da época e estipulava o que era positivo ou não o era no meio artístico de acordo com sua ideologia. A partir de suas certezas, expulsou os poetas, pois esses apresentavam reflexões antagônicas em sua poética, que não levavam à verdade, que não corroboravam a formação dos melhores valores. Pode-se dizer, portanto, que sua ideologia de educação não era democrática, como a educação defendida e clamada por Paulo Freire, milênios depois - considere-se aqui a concepção de mundo e o contexto histórico completamente distintos. Os filósofos daquela época, embora extremamente distantes temporalmente da nossa realidade atual, ainda são mundialmente reconhecidos por seu papel na evolução intelectual da humanidade. Sobre aqueles tempos, muitos historiadores consideram, por exemplo, Atenas a primeira democracia da história humana. No entanto, era uma democracia parcial, pois sociedade com direitos e cidadania, naquele contexto, era constituída apenas por homens brancos e livres. A democracia real é outra; ela abrange a todos, como afirma Paulo Freire. Para ele, a democracia é um objetivo que a educação deve ajudar a atingir-se. Desse modo, para isso se configurar, é necessária uma formação educacional que vise à desvinculação do homem do domínio opressor da elite, que há séculos vem regendo os modelos educacionais. Assim, o homem se torna livre, livre para ser autônomo e para construir o que Paulo Freire denomina transividade crítica:

Esta posição transitivamente crítica implica num retorno à matriz verdadeira da democracia. Daí ser esta transividade crítica característica dos autênticos regimes democráticos e corresponder a formas de vida altamente permeáveis, interrogadoras, inquietas e dialogais, em oposição às formas de vida “mudas”, quietas e discursivas, das fases rígidas e militarmente autoritárias, como infelizmente vivemos hoje, no recuo que sofremos e que os grupos usurpadores do poder pretendem apresentar como um reencontro com a democracia (FREIRE, 1967, p. 60).

Essa democracia enganosa, estipulada pelas classes dominantes e pelo governo, é imposta e infelizmente determina os caminhos da educação. O homem não é, dessa forma, educado para desenvolver autonomia, e sim para submeter-se, corroborar o sistema. Influenciado a partir de todas as formas, retrai-se e se acomoda, perdendo sua capacidade de decisão. Já dizia Paulo Freire:

Uma das grandes, se não a maior, tragédia do homem moderno, está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir (FREIRE, 1967, p.50).

Sobre isso, Ernani Maria Fiori complementa:

A educação libertadora é incompatível com uma pedagogia que, de maneira consciente ou mistificada, tem sido prática de dominação. A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica (FIORI, 1987, p.5).

A educação, portanto, deve-se configurar como elemento libertador do indivíduo, colocando-o altivo perante a opressão. Para isso, é necessário que ele se autoconfigure, construindo-se através da reflexão, da discussão, da linguagem, da experiência, da crítica. Ernani Maria Fiori, em seu prefácio “Aprender a dizer a sua palavra”, constrói a ideia de uma pedagogia do oprimido, que representa a libertação das classes subjugadas da dominação. Uma pedagogia constituída, por conseguinte, a partir das subculturas e subclasses nelas enraizada permitiria a reflexão sobre seu processo de libertação, com uma ação reflexiva sobre criação e recriação, com a valorização. A pedagogia do oprimido é liberadora tanto para o oprimido quanto para o opressor, que, fechado em um método, em um ideal de cultura e saber, em uma classe social, está intrinsecamente incapacitado para exercer qualquer tipo de liderança ou para tomar decisões sobre o que concerne aos oprimidos, incapacitado para abrir seus olhos para um mundo mais abrangente, que foge aos ideais do seu convívio social, para um mundo em que, se houvesse uma humanidade interconectada e autônoma, com autoria, opinião e crítica, todos seriam beneficiados.

Educação, de fato, é, portanto, aquela capaz de promover a construção reflexiva do pensamento, da reflexão sobre ser sujeito (social, cultural, político, histórico, humano), aquela que dispõe ao indivíduo meios pelos quais ele se torne capaz de transformar a sua percepção ingênua da realidade em outra, mais crítica.

Desprovido disso, o sujeito não se constitui. É necessário que ele se perceba como feitor e construtor também do mundo e da cultura, como indivíduo capaz de criação e recriação, autônomo, provido de sua devida importância, não menos ou mais que o outro. Assim, existe um direcionamento à humanização efetiva, necessária ao mundo, constituindo-se numa educação que visa ao desenvolvimento, e não se fala aqui de um desenvolvimento econômico ou político, mas social, um desenvolvimento da humanidade, não apenas intelectualmente, mas no que tange aos sentimentos, às virtudes, ao caráter, à criticidade, à reflexão humanista, à solidariedade, ao amor. Isso é evolução.

A empresa educativa, como chama Fiori,

não é senão aprendizagem permanente desse esforço de totalização – jamais acabada – através do qual o homem tenta abraçar-se inteiramente na plenitude de sua forma. É a própria dialética em que se existencia o homem. Mas, para isto, para assumir responsabilmente sua missão de homem, há de aprender a dizer a sua palavra, pois, com ela, constitui a si mesmo e a comunhão humana em que se constitui instaura o mundo em que se humaniza, humanizando-o (FIORI, 1987, p.7).

#### 4 CONSEQUÊNCIAS DA EDUCAÇÃO ATUAL

Falou-se, anteriormente, sobre o que é educação. Cabe-nos questionar, porém, se esta educação está vigorando em nossa sociedade. Logo, concluímos que não. Que papel a educação que vigora está desempenhando hoje na civilização? Quais são os resultados que ela está atingindo sobre o ser humano?

Retomando-se nosso passado histórico, pode-se perceber que a opressão de uns sobre outros sempre esteve extremamente presente em todos os âmbitos. Seria diferente na educação? Teóricos e antropologistas, como Fiori, Freire e Brandão, diriam que não. A educação que vemos não se constrói diferentemente daquelas do passado, não é muito diferente da educação ateniense, que focalizava o bem de poucos, da espartana, que visava à guerra, que podemos simbolizar hoje como a competição que permeia nossas vidas; ela não se difere da educação dos conquistadores, das metrópoles, sobre os homens das terras conquistadas, sobre as colônias, impondo-se religião, crenças, valores, cultura e inclusive língua. A educação que vivenciamos não se faz muito diferente daquela que principiou na explosão do capitalismo e da segunda revolução industrial, em que se formavam cidadãos não para o pensamento, para a reflexão, para a crítica, não para a grandeza do ser autônomo, e sim para a miudeza do ser submisso. O homem foi “projetado” para ser funcional e útil a um sistema, sistema que alimenta indústrias, que mune a economia, que sustenta governos. Esse sistema, no entanto, não era do povo, mas de seus opressores, os quais, pelo poder que adquiriram, abusavam dos demais em benefício próprio. Perguntemo-nos: isso mudou? A resposta, certamente, é negativa.

Para o dono de uma fábrica, serve-lhe um operário que questiona ordens, que reclama do abuso de poder e que proclama a injustiça da distribuição dos salários perante os lucros gerados por seu trabalho? Serve tanto quanto serve, para os homens, opressores, uma mulher questionadora e sedenta por liberdade vivendo em pleno Estado Islâmico. Serve tanto quanto um cidadão, hoje em dia, questionando os impostos, convocando greves e delatando a corrupção. Muito se falou em educação vinculada ao trabalho, vinculada ao serviço (serviço, que vem de servo; por isso a utilização aqui do verbo servir). A consciência crítica, por muitos homens e por muitos séculos, foi considerada perigosa, pois a consciência crítica leva à busca por direitos, à busca por justiça, à busca por igualdade. No entanto, a quem

convém a igualdade: aos miseráveis ou aos detentores do poder financeiro? Isso é um medo dos opressores; porém, já que foram estes que sempre dominaram a sociedade, seus valores deturpados foram inseridos também na educação. Por isso, atualmente, encontramos milhares de pessoas que temem a liberdade (a qual apenas um espírito autônomo pode ter), que temem a consciência crítica porque esta é a ideia que lhes foi interiorizada: de que ela é incômoda, impotente e inconveniente à ordem e à tranquilidade da vida moderna.

Fiori, sobre dinâmicas educativas que realizou com diversos cidadãos, junto a Paulo Freire, ao longo do país, escutou do próprio povo a afirmação do perigo da consciência:

Não são raras as vezes em que participantes destes cursos, numa atitude em que manifestam o seu “medo da liberdade”, se referem ao que chama de “perigo da conscientização”. “A consciência crítica (... dizem...) é anárquica.” “Não poderá a consciência crítica conduzir à desordem?” Há, contudo, os que também dizem: “Por que negar? Eu temia a liberdade. Já não a temo.” (FIORI, 1987, p.12).

Perde-se, com esses temores, a liberdade. Perde-se a humanidade. Sendo a consciência perigosa, evita-se tê-la, evita-se trabalhá-la, pois, como diz Fiori, essa forma convém ao opressor e se acomoda no oprimido. Não é, porém, apenas o oprimido que perde aí sua humanidade, mas também o opressor, pois vive a distorção da vocação para os valores mais humanos. A desumanização é geral. Perde-se a autonomia, a responsabilidade, a liberdade; ou melhor, nem se a perde, pois nem se a ganha para poder-se perdê-la.

O homem busca saber sobre si e vê-se obrigado a perceber, dessa forma a sua desumanização histórica. A humanização foi, portanto, roubada, e sua vocação, negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência. É preciso, conseqüentemente, afirmar-se o anseio pela liberdade, pela luta, pela justiça, pela recuperação dessa humanidade roubada. Ocorre, no entanto, na educação, um Regime de Sectarização, de opressão, de estipulação, de predeterminação, elementos que constroem o espaço propício para um sistema educacional que é proclamado dialético, mas que condiciona o educando ao que Fiori e Freire chamam de “dialética da domesticação”. O homem é domesticado pela sociedade para bem servi-la. E os mais oprimidos por essa realidade, infelizmente, são aqueles pertencentes às classes mais baixas. No entanto:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida (FIORI, 1987, p. 17).

Visto isso, percebe-se aí mais uma razão para se abrir os olhos dos oprimidos para a opressão que os assola e, principalmente, para a realidade da sua força de ação. É ainda mais poderoso, portanto acreditar na força dessa classe, a qual vem, no entanto, sofrendo a maior subestimação por parte das demais no que se refere à sua capacidade de ação. Com essa realidade e com a dialética da domesticação, infelizmente, impede-se ao indivíduo a construção do poder sobre si mesmo. A própria crítica ao sistema é, muitas vezes, criticada, pois o sujeito condicionou-se a temer a liberdade que a crítica provê, relacionando-a, por vezes, ao fanatismo destrutivo, ao perigo de uma anarquia, ao desmoronamento do mundo. O que provê a crítica, porém, é a autonomia, cuja possibilidade é, muitas vezes, reprimida pela educação vigente em nosso país. É preciso, portanto, que haja uma reconstrução educacional com valores bastante distintos dos que até hoje regeram a educação.

Os males da opressão e da imposição estão presentes no âmbito escolar, muitas vezes dentro da sala de aula. Isso ocorre independentemente da disciplina que se está ensinando, pois é consequência da inércia dos preceitos que regem a educação. Essa opressão reprime o sujeito e sua completude, sua autonomia sobre a construção do próprio conhecimento, de modo que a apropriação do aluno do que aprende como algo compreendido em essência, sendo passível de interpretações e origem de reflexões, lhe é negada, pois o estudante já recebe geralmente instrumentos prontos, que precisa conhecer e entender, mas nunca participar de sua construção.

## 5 EDUCAÇÃO E LINGUAGEM

Não esqueçamos que é papel da escola como um todo, das disciplinas de modo geral mudar a educação. No entanto, para falar mais especificamente sobre a disciplina de Língua Portuguesa e sobre como nessa se pode trabalhar de acordo e convergentemente com o que se objetiva para uma educação de qualidade no futuro, vamos focar em suas possibilidades, como objetiva este trabalho, para também poder esclarecer mais detalhadamente o que seria essa educação de que aqui se falou.

Primeiramente, atenhamo-nos ao principal enfoque do ensino de língua portuguesa: o trabalho com a linguagem. Para isso, devemos nos questionar sobre o que é linguagem e sobre qual é o seu papel em nossas vidas.

Através dela, nos expressamos, nos significamos, nos colocamos no mundo. Através dela, nos constituímos como sujeitos e construímos a nossa percepção. Através dela, organizamos o mundo e o conhecimento. Como disse Ernani Fiori, o sujeito precisa ser provido de condições para re-existenciar criticamente as palavras de sua realidade, para, na oportunidade devida, saber e poder dizer a sua palavra. Assim se configura nossa atuação como indivíduos presentes, responsáveis, pois, ao dizer a sua palavra, o homem constitui a si mesmo e a comunhão humana em que se constitui forma uma realidade mais humanitária.

Visto que a educação objetiva principalmente a formação de um ser humano conhecedor e liberto por seu conhecimento, um indivíduo autônomo, crítico e com um entendimento claro do mundo, obviamente não devemos focar em um ensino de língua portuguesa focado em conhecimentos desconexos, não aplicáveis à vida, desnecessários a qualquer situação real e vazios de objetivos de formação de um cidadão consciente. Ensinar gramática simplesmente, por exemplo, não gera consciência e não deve, portanto, de forma alguma, ser o centro dos estudos de língua portuguesa. O ensino puramente gramatical visa ao aprendizado de apenas uma variante da língua: a norma culta. Para mudar isso, deve-se mudar a percepção do que é língua:

Será preciso também compreender sua realidade sociocultural e histórica, i.e., a língua como um conjunto múltiplo e entrecruzado de variedades geográficas, sociais, estilísticas, de registros e de gêneros textuais e discursivos. Isso implica entender a língua como diretamente correlacionada com a vida e a história dos diferentes grupos sociais que a utilizam. Implica também desenvolver crítica aos

preconceitos linguísticos (que estão ainda tão arraigados entre nós no Brasil), estimulando práticas positivas diante das diferenças e contribuindo assim para a reconstrução do nosso imaginário nacional sobre a língua (FARACO, 2008, p. 26).

A nossa língua começamos a aprender em casa e, aos poucos, vamos assimilando formas gramaticais de forma natural; sem analisá-las, já delas nos provemos corretamente em grande parte das vezes. Para nos expressarmos pela escrita, porém, para contarmos histórias, para descrevermos opiniões e nos apropriarmos dos gêneros textuais e orais que envolvem a linguagem, precisamos do apoio escolar. Ao longo do ensino de língua portuguesa nas escolas, deve-se falar em gramática para esclarecer a norma culta, suas aplicações e os contextos de sua necessidade. Porém, esse é apenas um entre os muitos âmbitos que devem ser estudados e apreendidos quando falamos em linguagem. Não podemos concebê-lo como sinônimo de ensino de língua portuguesa, como vem ocorrendo em demasia no ensino nacional. A norma culta é apenas uma variedade entre as variedades linguística que caracterizam o idioma. Afinal, como bem afirmou Faraco:

Se queremos bem ensinar a língua, temos de ter bastante clareza sobre isso, não misturando o nível estrutural e os valores sociais, entendendo que aqueles que falam variedades desvalorizadas socialmente não são linguisticamente inferiores. E, ao mesmo tempo, precisamos ter um olhar crítico sobre os índices sociais de valor (positivos ou negativos) que recobrem as variedades linguísticas, para que a norma padrão fique adequadamente situada em meio às demais variedades e não se torne nem uma camisa de força, nem um fator de exclusão (FARACO, 2008, p. 17).

A partir dessa reflexão do autor, podemos refletir sobre a necessidade de nos atermos a alimentar a consciência de que a norma padrão é uma variedade apenas, nem superior nem inferior às demais, mas simplesmente condizente com determinados contextos de nossa realidade social. Porém, a camisa de força de que fala Bakhtin, infelizmente, é uma realidade na atualidade brasileira. A maioria dos brasileiros, por exemplo, dizem não ser bons em português. Na verdade, o que eles acreditam ser português é a norma culta apenas e, por não terem conseguido assimilar todas as regras gramaticais de que ela se compõe, acreditam não falar bem a própria língua. Esse pensamento está na mente de muitos milhões de brasileiros, e essa é uma triste realidade que precisamos, urgentemente, modificar, pois essa é uma das maiores falhas do ensino de língua portuguesa. Percebe-se, então, que:

Há uma sutil, mas danosa inversão aqui: em vez de dizermos: por ser a norma padrão está nas gramáticas dizemos: por estar nas gramáticas é a norma padrão (FARACO, 2008. p.23).

Não só essa ocorrência é problemática por limitar o conhecimento do que seja a língua, como também é limitada por ater-se a um conhecimento bastante antigo, que não se trata daquele que realmente é significativo para a realidade atual, em que temos uma maior clareza sobre o que é necessário na educação, em que precisamos de cidadãos conscientes que possam fazer do mundo um lugar mais justo e que possam, de fato, considerarem-se soberanos sobre a própria vida. Trata-se de uma estagnação do ensino, uma “paralisia” que se manteve com o passar dos séculos, uma tradição pela tradição, a qual não faz sentido para a realidade, não é necessária e é, em termos de formação do sujeito autônomo, quase que completamente vazia. Esse ensino gramatical, além de estar fechado na constituição de um ensino que visa a um elemento pequeno do ensino de linguagem (a norma culta), ainda caracteriza-se, muitas vezes, por constituir-se de regras que, em grande parte, pertencem a uma língua que nos é antiga, que não nos é, pois, natural, regras que não acompanharam o desenvolvimento diacrônico de nossa língua. Já afirmava Faraco sobre a estagnação da gramática:

Apesar desse grande acervo cognitivo, o modelo gramatical propriamente dito – a que hoje damos o nome de gramática tradicional – está congelado, na prática, desde Prisciano, tendo se esgotado como instrumento de geração de novos conhecimentos sobre a língua. É por isso que as gramáticas modernas são, no fundo, todas iguais e nunca contêm inovação significativa quanto à maneira de apresentar a língua (FARACO, 2008, p.18).

O ensino que vem, portanto, trazendo como objeto principal a gramática, não é evolutivo, não é frutífero, não é positivo. A esse tipo de ensino, muitos vêm chamando de “gramatiquice” e muitos o vêm relacionando ao normativismo. Sobre isso, afirmou Faraco:

Chamamos de gramatiquice ao estudo da gramática como um fim em si mesmo; e entendemos por normativismo a atitude diante da norma padrão que não consegue apreendê-la como apenas uma das variedades da língua, com usos sociais determinados. Em consequência, toma-a como um monumento pétreo (invariável inflexível) e condena como erro todas as formas que não estão de acordo com aquilo que está prescrito nos velhos manuais de gramática (FARACO, 2008, p. 21).

O ensino normativo, portanto, que vem vigorando, é desconstituído de valor educacional, é retrógrado e limitante. No entanto, felizmente, muitos já vêm

exercendo algumas práticas do ensino descritivo, que vem ficando mais conhecido nos últimos anos e que deve ser apoiado com vigor. O ensino normativo está relacionado a outro termo, a prescrição, uma forma de ensino que se baseia em normas e regras intransponíveis, um ensino que muitos, coloquialmente, chamariam de ensino de “decoreba”, que significa o decorar informações sem sentido apenas pelo acúmulo de informações. Sobre esse ensino prescritivo, já dizia Fiori:

Um dos elementos básicos na mediação opressores-oprimidos é a prescrição. Toda prescrição é a imposição da opção de uma consciência a outra. Daí, o sentido alienador das prescrições que transformam a consciência recebedora no que vimos chamando de consciência “hospedeira” da consciência opressora. Por isso, o comportamento dos oprimidos é um comportamento prescrito. Faz-se à base de pautas estranhas a eles – as pautas dos opressores (FIORI, 1987, p.18).

Essas pautas opressoras baseiam-se em regras, em leis da escrita. No entanto, a letra da lei é opressora; o espírito (sentido) da lei é libertador. O aluno não absorve e não assimila aquilo em que ele não vê sentido, aquilo cuja necessidade de aprender não lhe é compreensível. Assim, impondo-se regras sem explicação, simplesmente porque elas existem e porque alguém as ditou, as consequências são negativas. Dessa forma, o aluno subjugado à “má” educação ou se submete ou se revolta. O aluno deve, portanto, exercer sua relação com um mundo em mudança, em que novas leis devem ser estipuladas, e participar na reflexão sobre a formação e construção dessas leis, sobre sua necessidade, sobre sua importância, sobre se é correta, adequada, incorreta, dispensável. O aluno deve participar da alteração ou da manutenção de sentidos em tudo que aprende e apreende, compreendendo as origens das informações, assim como, no caso da língua portuguesa, as origens das mais diversas formas de linguagem e o porquê de sua existência, de sua ocorrência ou de sua inibição. Para isso,

Será preciso também compreender sua realidade sociocultural e histórica, i.e., a língua como um conjunto múltiplo e entrecruzado de variedades geográficas, sociais, estilísticas, de registros e de gêneros textuais e discursivos. Isso implica entender a língua como diretamente correlacionada com a vida e a história dos diferentes grupos sociais que a utilizam. Implica também desenvolver crítica aos preconceitos linguísticos (que estão ainda tão arraigados entre nós no Brasil), estimulando práticas positivas diante das diferenças e contribuindo assim para a reconstrução do nosso imaginário nacional sobre a língua (FARACO, 2008, p. 26).

Portanto, o aluno, muito para além das regras gramaticais, que representam uma parte bastante pequena do ensino nessa disciplina, deve aprender sobre a

linguagem, reconstruindo, dessa forma, o imaginário que predomina ainda sobre a língua. Deve-se pensar a língua:

Esse pensar visa à compreensão do funcionamento interno da língua e deve caminhar de uma percepção intuitiva dos fatos a uma progressiva sistematização, acompanhada da introdução do vocabulário gramatical básico (aquele que é indispensável, por exemplo, para se entender as informações contidas nos dicionários). No fundo, trata-se de desenvolver uma atitude científica de observar e descrever a organização estrutural da língua, com destaque para a imensa variedade de formas expressivas alternativas à disposição dos falantes (FARACO, 2008, p. 25).

Pensar a língua, portanto, é dela apropriar-se cada vez mais. Já a linguagem, sabe-se, é muito mais abrangente do que a língua. Essa está relacionada com o mundo em sua inteireza, com a história, com as esferas sociais; portanto, o seu estudo abre horizontes. Tal abertura implica, dessa forma, não ver a língua como objeto isolado, mas como sistema aberto e construtor de significados, o qual permeia uma sociedade e se relaciona com todos os âmbitos, sejam políticos, sociais, econômicos, culturais, sejam artísticos. A linguagem, portanto, deve ser vista não como uma linguagem para a escrita ou para a fala formal, mas sim como elemento mundial por meio do qual a humanidade se constitui. Cada sujeito, por exemplo, organiza o mundo e configura a sua percepção da realidade a partir da linguagem. É necessário, dessa forma, que trabalhemos em prol da abertura dessa percepção, da criticidade, da opinião. Não perceber a amplitude da linguagem é ter um pouco fechada a visão, e não é isso que queremos para os nossos estudantes, para os nossos cidadãos.

A linguagem, portanto, também envolve a construção do significado das religiões e de suas verdades, dos discursos políticos e de sua influência retórica, dos movimentos libertários e de suas causas, das grandes empresas e de seus interesses, etc. A percepção de todas essas esferas é indispensável ao indivíduo consciente. O aluno, por exemplo, que detém autonomia sobre sua palavra, que é autônomo e crítico, não é um sujeito formado linguisticamente por estar alfabetizado para entender o que diz uma placa ou um outdoor; aquele que tem soberania sobre sua palavra não apenas lê e absorve informações; ele as analisa, reflete sobre os interesses que as envolvem, sobre a força de suas verdades, sobre as falhas de suas mentiras e forma a sua opinião. Esse é o sujeito que lê um outdoor que faz propaganda de um produto, por exemplo, e pensa sobre o porquê e sobre como aquela afirmação que nele se encontra é verídica ou não, reflete sobre quem terá

criado o anúncio e sobre quem tem interesse por trás disso para dessa propaganda fazer fruto ou lucro. O ser humano consciente desconfia e procura as próprias provas para a sua verdade, para a composição e organização de seu mundo. O sujeito consciente não apenas absorve o que a mídia lhe passa, mas recebe a informação, a analisa, procura entender os recursos utilizados, os interesses subentendidos e as verdades insustentáveis. Esse é o indivíduo não manipulável, que acredita na própria capacidade para o entendimento do mundo. Esse é o indivíduo, por exemplo, que não acredita simplesmente em tudo que seu médico diz por considerar que esse conhece toda a verdade, mas que tenta entender, que busca os porquês; é o indivíduo que não aceita como lei nada do que lhe é imposto sem explicação ou sem sentido; é o sujeito livre da opressão; é o sujeito que não é passivo perante as injustiças; é o indivíduo realmente autônomo. Esse indivíduo, através do domínio da linguagem, constrói as próprias ideologias. Sobre isso, Bakhtin afirmou:

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia. Um corpo físico vale por si próprio: não significa nada e coincide inteiramente com sua própria natureza. Neste caso, não se trata de ideologia (BAKHTIN, 2006 p.21).

Ensinar a ler, portanto, não se trata de ensinar letras e palavras, mas de ensinar a compreender, a criticar, a questionar. O que rege o que é afirmado em argumentos, no mundo, muitas vezes está relacionado à cultura, por exemplo. É preciso também que isso possa ser identificado. É necessário entender que outras pessoas têm, geralmente, outras verdades. É preciso, porém, não aceitar uma verdade como sua apenas porque ela há muito tempo é propagada ou porque ela faz parte de alguma tradição ou cultura. Afinal, a linguagem da cultura não deve ser soberana sobre o indivíduo. Sobre a leitura da cultura, Freire já refletia:

A cultura como o acrescentamento que o homem faz ao mundo que não fez. A cultura como o resultado de seu trabalho. Do seu esforço criador e recriador. O sentido transcendental de suas relações. A dimensão humanista da cultura. A cultura como aquisição sistemática da experiência humana. Como uma incorporação, por isso crítica e criadora, e não como uma justaposição de informes ou prescrições “doadas”. A democratização da cultura — dimensão da democratização fundamental. O aprendizado da escrita e da leitura como uma chave com que o analfabeto iniciaria a sua introdução no mundo da comunicação escrita. O homem, afinal, *no* mundo e *com* o

modo. O seu papel de sujeito e não de mero e permanente objeto (FREIRE, 1967, p.115).

Dessa forma, afirma-se que, para o sujeito não ser mero objeto, para não ser passivo e submisso, ele deve ser sujeito no mundo e com o mundo, sujeito não separado da realidade que o circunda, não fechado em si, mas aberto a tudo que o rodeia; aberto, porém, de forma crítica, para receber e analisar, e não para obedecer; para observar e refletir, e não para cegamente concordar; para ler e interpretar autonomamente, e não para assimilar; para entender e opinar, e não para absorver opiniões alheias. Esse aluno, portanto, nas aulas de língua portuguesa, não vai aprender a ler somente para absorver histórias e acumular informações, mas sim para refletir sobre as histórias, opinar sobre elas com liberdade, receber informações criticamente e selecionar o que a si é relevante ou não. O estudante, dessa forma, não deve ler uma pequena história para depois responder a perguntas que questionem sobre qual personagem fez o que ou sobre o que aconteceu com algum personagem. Copiar informações de uma história é tão vazio e sem objetivo quanto repetir o que outra pessoa disse quando todas já a entenderam. O aluno precisa ler com um objetivo, um objetivo que faça sentido, aquilo que lhe é disposto para ler em sala de aula. Já em casa, ele deve ler aquilo que lhe interessa, que lhe encanta, que lhe desperta a curiosidade, que lhe cativa. Isso jamais representará um livro único para uma turma inteira. Livros não devem nunca ser impostos, mas sim devem, pelos professores, ser mostrados e seus temas devem ser apresentados. Despertar interesse deve ser o objetivo do professor, pois, sabe-se, o que é imposto ou gera revolta ou gera submissão, e não é isso que queremos. Queremos alunos curiosos, dispostos a aprender porque têm interesse e não porque querem tirar uma nota acima da média em suas avaliações. E como fazer isso ser possível com imposições? Ao invés de mandar os alunos lerem um livro específico para depois fazê-los resumirem sua história em uma prova não tem sentido para o desenvolvimento da sabedoria. Ler para contar exatamente o que leu é ler com um objetivo vazio. Ler para contar o que leu em uma prova é ler com um objetivo mais vazio ainda. Afinal, por que se lê? Para acumular histórias ou para refletir, construir-se, conhecer a si mesmo e conhecer mais do mundo? Para acumular história não é a resposta adequada. Além disso, não se pode esperar que todos leiam a mesma história, o mesmo texto, o mesmo poema da mesma forma. Cada um é um ser distinto, com distinta bagagem de vida, com distintas ideologias, com distinta

personalidade e distinto interesse. Deve-se, portanto, trazer essa realidade também para a sala de aula. Mostrar que a interpretação de cada um é distinta e refletir sobre o porquê é uma forma ideal para iniciar uma reflexão sobre como vemos o mundo. A consciência disso enriquece o leitor.

Cada um tem a sua realidade, a sua percepção de mundo, e deve-se entender que a discrepância de interpretações não significa muitas incorretas e uma certa, mas sim diferentes mentes, todas partindo de um raciocínio que lhes é próprio. Entender essa lógica dos outros, aceitá-la e não fechar-se na sua verdade é abrir-se para o mundo, abrir-se para a reflexão construtiva e não para o debate violento, abrir-se para a construção conjunta de verdades que têm diversos “poréns” e que devem ser pensadas antes da tomada de decisões, não só do indivíduo que aprende, mas também das instituições, empresas, órgãos públicos e privados etc. Perceber e entender a lógica dos outros promove, afinal, reflexões construtivas, debates agregadores e decisões pensadas com sabedoria. Sobre a diversidade do entendimento da linguagem, podemos concluir, com Bakhtin, que,

Embora a realidade da palavra, como a de qualquer signo, resulte do consenso entre os indivíduos, uma palavra é, ao mesmo tempo, produzida pelos próprios meios do organismo individual, sem nenhum recurso a uma aparelhagem qualquer ou a alguma outra espécie de material extracorpóreo. Isso determinou o papel da palavra como material semiótico da vida interior, da consciência (discurso interior). Na verdade, a consciência não poderia se desenvolver se não dispusesse de um material flexível, veiculável pelo corpo. E a palavra constitui exatamente esse tipo de material. A palavra é, por assim dizer, utilizável como signo interior; pode funcionar como signo sem expressão externa. Por isso, o problema da consciência individual como problema da palavra interior, em geral constitui um dos problemas fundamentais da filosofia da linguagem (BAKHTIN, 2006, p. 27).

A filosofia da linguagem, de que fala Bakhtin, também não pode ser excluída do ensino de língua portuguesa. Compreender os princípios que regem o discurso do outro, por exemplo, já é uma forma de pensar-se sobre a linguagem de forma filosófica. Nesse viés, deve-se incluir no ensino dessa disciplina, certamente, aquilo que se refere a semântica e pragmática. Não se fala, aqui, porém, da semântica das gramáticas, mas de outra muito mais abrangente. Essa não deve se referir apenas à amplitude interpretativa de palavras e frases, mas também de músicas, danças, artes, aspectos culturais, movimentos sociais, acontecimentos globais, crises sociais etc. Essa sim é uma semântica para a vida. Não se deve aprender semântica a partir de frases soltas e trechos poéticos, decorando nomes de recursos estilísticos, mas

sim lendo, relendo e interpretando o mundo. Deve-se trabalhar, portanto, a semântica dos discursos sociais, dos preconceitos, das opiniões, das divergências políticas, etc. Entender as entrelinhas de uma opinião e compreender os aspectos que levaram à sua formação é perceber semanticamente tudo o que pode envolver uma afirmação e, assim, poder analisá-la sob o domínio de sua própria palavra.

Hoje, o aluno se sente oprimido pela gramática e incapaz perante a complexidade da língua portuguesa; no entanto, esse aluno não está tendo as referências necessárias e não lhe está sendo possibilitada uma percepção diferente sobre sua própria língua. Desse modo, ele se sente incapaz de apropriar-se dela. No entanto, devemos deixar claro que todos nos apropriamos dela no momento em que através dela nos comunicamos e que nosso aprendizado de língua materna objetiva ampliar nossos horizontes quanto às diversas formas por meio das quais podemos nos apropriar de nossa língua, o que ocorre através do aprendizado sobre a linguagem de modo geral. Sobre a apropriação do objeto de aprendizado pelo próprio aluno, já dizia Freire:

Ao transferir não só o uso do instrumento, que funcionalizou, mas a incipiente tecnologia de sua fabricação, às gerações mais jovens, fez-se educação (FREIRE, 1967, p.135).

O ensino de língua portuguesa, portanto, não se fecha em si mesmo, não está isolado, ele serve para a construção do mundo de cada aluno nas escolas brasileiras. O aluno descodifica e consegue, assim, recodificar o mundo à sua maneira, uma maneira que siga valores, princípios morais e conhecimento. A partir dessa apropriação, o sujeito passa, então, a decodificar toda forma de linguagem com que tem contato de modo a recodificá-la com consciência. Sobre a descodificação, já afirmava Fiori:

A descodificação é análise e conseqüente reconstituição da situação vivida: reflexo, reflexão e abertura de possibilidades concretas de ultrapassagem. Mediada pela objetivação, a imediatez da experiência lucidifica-se, interiormente, em reflexão de si mesma e crítica animadora de novos projetos existenciais. O que era antes fechamento, pouco a pouco se vai abrindo; a consciência passa a escutar os apelos que a convocam sempre mais além de seus limites: faz-se crítica. (FIORI, 1987, p.6).

Só assim, o sujeito se torna, afinal, o dono de sua palavra. Lendo o mundo com consciência crítica, atinge-se o maior objetivo do ensino da linguagem. E, para essa formação, é necessário o professor não autoritário, o professor que não impõe soberania e que não se coloca como o sabedor da verdade que deve passá-la para

os alunos. Para isso, é preciso o professor que dialogue, e não o que monologue; o professor que promove curiosidade, não um aprender sem sentido; o professor que ensina a aprender e a falar sobre o que se aprendeu; o professor que promove a discussão sobre valores, opiniões e verdade e não impõe a sua verdade. Somente assim há aprendizado, apenas com um ensino democrático.

Ensinar linguagem é abrir as mentes para a reflexão ampla, para a construção do mundo, para a percepção da realidade. Através da linguagem, o homem percebe a si mesmo, constrói-se e reflete inclusive sobre o próprio aprendizado. Isso é uma alfabetização completa.

Talvez seja este o sentido mais exato da alfabetização: aprender a escrever a sua vida, como autor e como testemunha de sua história, isto é, biografar-se, existir-se, historicizar-se (FIORI, 1987, p.5).

A alfabetização compreende a interação completa com as formas de linguagem do mundo e de si. E ela só é completa quando transformadora e “conscientizadora”.

Só assim a alfabetização cobra sentido. É a consequência de uma reflexão que o homem começa a fazer sobre sua própria capacidade de refletir. Sobre sua posição no mundo. Sobre o mundo mesmo. Sobre seu trabalho. Sobre seu poder de transformar o mundo. Sobre o encontro das consciências. Reflexão sobre a própria alfabetização, que deixa assim de ser algo externo ao homem, para ser dele mesmo. Para sair de dentro de si, em relação com o mundo, como uma criação (FREIRE, 1967, p.149).

## **6 PROPOSTAS DE ENSINO**

A formulação de alguns exemplos de aulas que abarcariam alguns dos objetivos de uma educação de qualidade no âmbito da língua portuguesa no Brasil torna-se necessária para concretizar, mesmo que brevemente, um pouco mais as ideias aqui discutidas para um ensino promissor. São colocados, então, abaixo, alguns exemplos de atividades que poderiam ser realizadas e abarcariam o desenvolvimento de habilidades e competências que são significativos na formação do indivíduo. Não se trata de um projeto educacional e não significada uma amostragem completa no que se refere à completude das competências a serem abarcadas no ensino de língua portuguesa. Conformam-se, aqui, algumas ideias que concretização a relação entre a teoria e a prática, fornecendo uma amostragem dos funcionamentos pedagógicos neste trabalho propostos.

### **3.1 Atividade 1 - Aula sobre conhecimento**

Elementos trabalhados: pragmática, reflexão, discussão, autonomia e criticidade.

O professor traz, dos Referenciais Curriculares Nacionais, a definição do MEC sobre o que é conhecimento e pede que os alunos a leiam. Depois, pergunta-lhes o que pensam sobre tal definição, se concordam ou se discordam e por quê. Em um segundo momento, os alunos sentam-se em círculo para fazer um jogo, que consiste em a professora falar a palavra conhecimento e, em ordem, a partir da pessoa ao seu lado, os alunos irem proferindo uma palavra que foi lembrada a partir da anterior, citada pelo colega ao lado. A atividade pode começar com a palavra conhecimento e acabar em outras completamente diferentes, mas isso faz parte da construção pragmática de sentidos exercida por cada um devido a sua bagagem de mundo. Em seguida, é questionada a cada aluno a relação que a palavra que disse tem com a palavra original, conhecimento. Esse é um momento de reflexão, tanto sobre a semântica de todas as palavras envolvidas na atividade, quanto sobre o significado do conhecimento, quanto sobre o autoconhecimento. Logo, com o quadro negro dividido em duas partes, uma intitulada com a palavra “positivo” e outra com a palavra “negativo”, os alunos se dirigem ao quadro e colocam as palavras que utilizaram durante a atividade anterior no lugar específico de acordo com sua percepção sobre a palavra proferida. Depois disso, os alunos voltam aos seus

lugares, e o professor guia uma discussão sobre a relação daquelas palavras com um conhecimento positivo ou com um conhecimento negativo, trazendo uma reflexão sobre os porquês dessas percepções negativas e positivas, sendo aberto a todas as opiniões dos alunos e tentando guiar a discussão a partir delas sempre e não de uma opinião própria em foco. Nesse momento, espera-se que surja uma reflexão acerca do que é conhecimento para cada um e também para cada povo, uma reflexão sobre a educação como um todo, uma reflexão sobre o conhecimento que é propagado pela sociedade e por qual sociedade e o porquê. Surge, aí, um questionamento sobre a definição de conhecimento que permeia a instituição escolar de seu país, questionamento que vem a corroborar a formação de uma criticidade relevante. Cabe ao professor principalmente guiar a discussão de modo que todos os pontos importantes à criticidade do aluno sejam tocados. A partir disso, o professor mostra aos alunos a definição de conhecimento que está no dicionário, perguntando se eles concordam. Provavelmente nem todos concordarão, principalmente após uma atividade em que eles ampliaram intensamente o significado dessa palavra. Nesse momento, então, o professor propõe a construção de uma definição conjunta do que é conhecimento e, a partir do que os alunos vão dizendo, o professor vai escrevendo no quadro uma definição. O professor, então, feito isso, anuncia que essa definição vai estar no topo de um mural no corredor, um mural da turma em que eles colarão suas reflexões sobre conhecimento. A próxima atividade então será cada um, em um pedaço de papel branco ou colorido, colocar uma palavra escolhida que ele ache ter relação com o conhecimento e uma breve explicação dessa relação. Poderá ser uma frase, um verso, uma estrofe poética, etc. O professor deixará clara essa liberdade. Em seguida, todos os alunos colarão seus trabalhos no mural da turma no corredor da escola para todos os outros estudantes verem os resultados de sua reflexão.

### **3.2 Atividade 2 - Aula sobre reflexão e discussão de temas atuais**

Elementos trabalhados: interesses, reflexão oral, autonomia e pesquisa.

Outro aspecto bastante importante também nos estudos, além da reflexão sobre o próprio estudo e sobre o conhecimento, é a necessidade de adaptação da educação ao contexto social e tecnológico vigente. A inserção da tecnologia no ensino vem sendo promovida de maneira cambaleante, pois é uma novidade ainda

não explorada efetivamente. É necessário, no entanto, sempre aproximar aquilo que é visto na escola da realidade dos alunos; afinal, se aprende para a vida. Dessa forma, outra atividade possível e interessante seria a promoção da formação de um grupo de cada turma em redes sociais, como o facebook, um grupo com fins pedagógicos, que poderia ser utilizado por professores de várias matérias. Esse grupo poderia envolver mais de uma turma, sendo turmas do mesmo ano, para um compartilhamento mais abrangente de estudos, descobertas, cultura e informações.

Um exemplo de atividade envolvendo essa tecnologia é o professor perguntar aos alunos, primeiramente, sobre que temas eles acham interessantes de se aprender mais sobre. Para instigar os alunos, o professor dá alguns poucos exemplos, mostrando que pode ser qualquer tema no mundo, e os alunos começam a se manifestar. O professor coloca no quadro todos os temas que os alunos disserem, fazendo uma lista de interesses da turma. O professor diz, então, que os temas que eles escolheram serão alvos de um trabalho de pesquisa e que eles podem mudar de escolha agora que têm uma lista tão diversificada à sua frente. Em seguida, dá-lhes dois ou três minutos para, em silêncio, pensarem sobre qual tema gostariam de pesquisar. Depois, o professor vai perguntando, citando tema por tema, quem gostaria de estudá-lo, escrevendo os nomes dos alunos ao lado do tópico no quadro. Assim, formam-se os grupos de pesquisa. Se algum grupo ficar muito grande, o professor discute com eles a possibilidade de criar subtópicos sobre o tema escolhido para então dividir esse grupo em dois focos de pesquisa. Se algum grupo tiver apenas 1 pessoa, o professor sugere que escolha outro tema de interesse em que haja colegas interessados. Os grupos são, então, reunidos na sala para discutir como pode se proceder a sua pesquisa sobre o tema. Para guiar o início da discussão, o professor coloca quatro perguntas no quadro que os alunos devem questionar uns aos outros entre o grupo:

- Por que escolhemos esse tema?
- O que já sabemos sobre esse tema?
- O que gostaríamos de saber?
- Qual é o tópico comum de nosso interesse sobre esse tema? (nessa escolha, os alunos focarão sua pesquisa)

Enquanto isso, o professor vai passando de grupo em grupo para ajudar no que for preciso para auxiliar na discussão dos alunos ou na decisão dos tópicos comuns.

O professor esclarece para a turma que espera uma apresentação envolvendo tecnologia, que possa depois ser compartilhada através da internet para todos os colegas terem acesso. Essa poderá envolver, então, slides, vídeos, músicas etc. A apresentação em sala de aula será duas semanas depois. Na aula da semana seguinte, os alunos terão aproximadamente de quinze a vinte minutos para discutir um pouco mais sobre a pesquisa. No dia das apresentações, a interação entre a turma e os grupos que estarão apresentando será constantemente incentivada. Além disso, será sempre aberto um espaço para perguntas ao final da apresentação de cada grupo. Após terminadas todas as apresentações, em casa, os alunos deverão postá-las no grupo da turma no facebook, colocando em comentários da mesma postagem links adicionais que achem legal compartilhar também sobre o tema (em comentários na postagem e não em novas postagens porque se não a timeline do grupo fica muito confusa). Podem compartilhar vídeos, textos, curiosidades, notícias, músicas, enfim, tudo que estiver relacionado ao tema. Os alunos serão incentivados a interagir em cima das publicações, valorizando o trabalho dos outros.

### **3.3 Atividade 3 - Aula sobre problemas sociais importantes**

Elementos trabalhados: reflexão crítica, atualidades, autonomia e interação pedagógica virtual.

O professor começa a aula perguntando à turma de forma geral sobre os problemas de saúde ou acidentes que já tiveram. Logo em seguida, sobre os problemas de saúde de seus familiares e sobre como foi a busca por atendimento médico. Logo, o professor questiona a turma sobre seus conhecimentos acerca do sistema de saúde nacional de modo a os alunos compartilharem o que sabem e também suas dúvidas que surgirem de acordo com a curiosidade instigada pela discussão. Em seguida, o professor pergunta sobre o que sabem sobre outros sistemas de saúde do mundo, sobre sistemas melhores ou piores do que o brasileiro, sobre como são etc. Depois, introduzindo uma pequena fala acerca dos problemas enfrentados pelo país mais desenvolvido do mundo, os EUA, o professor propõe assistir a um documentário bastante revelador sobre problemas internacionais em sistemas de saúde, principalmente o americano. A turma, então, assiste ao documentário SICKO, realizado por Michael Moore. Após o documentário,

o professor instiga uma discussão acerca das impressões, descobertas, indignações, críticas etc. geradas pelo documentário. A partir disso, o professor leva a discussão a um fechamento propondo o pensar sobre outros problemas existentes no mundo, pedindo aos alunos que citem os que eles lembrarem. Terminado isso, o professor propõe, então, que, em duplas ou em trios, os alunos escolham um problema do mundo que consideram importante e discutam sobre o porquê de sua importância, sobre o que sabem sobre ele e sobre o que gostariam de saber. Em casa, os grupos terão a tarefa de procurar um documentário que fale sobre o tema e assistir. Após isso, deverão, então, postar o link do documentário no grupo da turma e, nos comentários abaixo, cada aluno do grupo deverá escrever suas impressões e opiniões acerca do documentário e do tema tratado. Na próxima aula, o professor iniciará mostrando imagens de cartazes e outdoors com campanhas conscientizadoras ou campanhas sociais que instiguem a movimentação acerca de algum problema no país ou no mundo, perguntando aos alunos sempre sobre que problema está tratando o anúncio na imagem apresentada e se acham que é bom ou não e por quê. Após isso, os alunos deverão, então, em seus grupos da aula anterior, fazer um cartaz conscientizador sobre o problema que escolheram para a tarefa dos documentários para colocar na escola, visando à conscientização ou mobilização dos demais alunos acerca dessas questões. Ao final do trabalho, os alunos vão colar seus cartazes pela escola.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível e, ainda, necessário, promover uma educação diferenciada, que seja regida pelos princípios aqui neste trabalho citados. É preciso que haja uma “abertura escancarada e abrupta” para a inovação educacional, inovação que infelizmente, quando vier, virá tarde, pois já deveria ter principiado há muito tempo. O ser humano não precisa, portanto, aprender gramática, mas sim aprender a linguagem; não precisa aprender a inferir o que autor de um texto quis dizer, mas sim construir a sua leitura, que faz parte de sua percepção de mundo. O estudante não deve ouvir o que é certo e o que é errado, mas devem lhe ser dadas as ferramentas reflexivas a partir das quais ele mesmo construa sua percepção de certo e errado. As regras não devem lhe ser impostas, mas sim compreendidas para que ele tenha autonomia para refletir sobre sua necessidade e, talvez, contestá-las. O aluno não deve ser o sujeito que absorve informações, mas que faz questionamentos. Ele não deve se submeter à verdade de outro, independentemente de qualquer forma de poder que esse outro possa exercer, pois deve perceber-se capaz de entender o embasamento de tudo o que lhe é dito, de procurar as evidências científicas que aprovelem ou não a verdade do outro e, a partir do próprio estudo e do próprio pensamento, construir sua opinião e sua percepção sobre algo. Isso só é possível com uma forte autonomia.

Às pessoas devem ser proporcionadas as ferramentas por meio das quais elas construirão suas verdades, as desconstruirão e as reconstruirão outra vez de forma distinta, repetindo esse ciclo quantas vezes lhes for necessário a partir do desenvolvimento dos próprios conhecimentos e da alteração de sua personalidade e de seus pensamentos. O indivíduo tem de ser dono de si, tem de ser questionador, formador de opiniões, crítico e, principalmente, autônomo.

Como professores de língua portuguesa, devemos providenciar uma abordagem da linguagem que propicie a formação dessas características no sujeito. Devemos mostrar-lhes que a leitura não é uma absorção de informações e de fatos, mas sim uma adição de ideias, as quais podem e devem ser questionadas, sobre as quais se pode e se deve refletir, mostrar-lhes que o entendimento do mundo e da humanidade está ao seu alcance, que nenhum conhecimento é grande demais que não possam abraçá-lo, que a informação, muitas vezes, liberta, mas a informação

questionada, buscada e verificada, não imposta sem explicação, não imposta com interesses disfarçados. O indivíduo deve ver na produção da linguagem uma forma de construção de mundo, de construção de si, de construção da realidade e dela deve usufruir para constituir-se, para expressar-se, para se fazer ouvir. Devemos sempre lembrar-lhes do seu poder de questionamento, do seu direito de querer entender, de querer saber, o qual, quando exercido, incita, geralmente, uma curiosidade, curiosidade que leva ao gosto pelo aprendizado, um gosto que também é gerado pela percepção do crescimento pessoal, pela percepção de um mundo mais palpável e mais compreensível, pela percepção da liberdade que o questionamento e que o conhecimento nos trazem.

Esse aluno não lê para absorver ideias de outrem, não escreve para exercitar a norma culta e para construir argumentos que são regidos por fórmulas textuais, não discute oralmente uma questão para impor sua opinião ou para reproduzir a opinião de outrem. Ele lê para crescer e conhecer, escreve para criar e construir, discute para ser ouvido e também para ouvir, estando aberto a mudanças, aberto à reformulação de ideais e preceitos, à reflexão que é construída a partir do conhecimento da percepção de outrem e não apenas da própria. Esse sujeito não se sujeita e também não se impõe agressivamente; em discussões, ele fala, mas também escuta, em leituras, ele absorve informações, mas também questiona, no uso da linguagem, ele não reproduz, mas, sim, em sua autonomia, produz.

Na atividade 1, por exemplo, fazendo relações entre as palavras, os alunos produzem uma linha semântica em grupo, construindo uma cadeia de significações que envolvem uma palavra ou outra e que são bastante diferentes entre si. Desse modo, são levados a refletir sobre o quanto a carga semântica das palavras depende de quem as profere, além de depender de tom, expressão corporal e contexto. As pessoas, afinal, têm uma história diferente da construção dos significados de suas palavras, e isso está intrinsecamente relacionado com a percepção de mundo e a bagagem de vida de cada um. Perceber essa realidade amplia a visão de linguagem que o aluno tem, possibilitando-lhe abrir mais ainda sua mente para as possibilidades que a linguagem nos traz e tudo que ela envolve.

No momento em que os alunos são levados a relacionar a palavra que escolheram com conhecimento, constrói-se um desafio, pois certamente as palavras proferidas são bastante diversificadas e construir uma relação reflexiva com sentido

entre uma e outra pode ser bastante desafiador. Nesse momento, os sujeitos são instigados e provocados a exercer a sua criatividade, colocando-se como autores de uma breve filosofia a partir da qual relacionarão conhecimento a outra palavra que possa ser muito distinta semanticamente. Relacionar elementos diferentes exige reflexão e pensamento criativo.

No momento em que são levados a observar a relação entre palavras negativas e positivas que surgiram na primeira atividade e a discutir sobre os porquês da negatividade e positividade de suas colocações, uma reflexão construída em conjunto é desenvolvida, de modo que se encaminhe a “conversa” para uma construção conjunta de conhecimento e não para uma discussão para defesa das opiniões próprias de forma fechada à colocação dos demais. Nesse momento, todos aprendem uns com os outros e se expressam, através da oralidade, de modo a organizar seus pensamentos e desenvolver um discurso coerente para que consiga expressar seus pensamentos. Pode-se considerar, também, que esse tipo de atividade desenvolve a desinibição do aluno, incentivando a habilidade da retórica discursiva e a segurança para expressar-se em público colocando a sua palavra, gerada a partir de uma reflexão própria, o que confere produção e não apenas uma reprodução. Além disso, a discussão, direcionada também à constatação de elementos negativos relacionados ao conhecimento, faz com que a perspectiva dos alunos sobre conhecimento se amplie de uma forma crítica, de modo que eles possam inclusive questionar sobre o que seria um conhecimento de qualidade, sobre os conhecimentos que são trabalhados na escola, sobre se o conhecimento apresenta uma definição universal etc.

Quando, após isso, o professor apresenta a definição de conhecimento que está no dicionário e pergunta aos alunos o que acham sobre ela, esses são levados a perceber a limitação das definições do dicionário, que, quando trata de palavras que envolvem subjetividade, limita-se ao simplório, sem considerar variantes culturais, reflexivas etc., as quais vão, na realidade, construir a semântica dessa palavra no mundo através da linguagem desenvolvida de forma geral acerca disso. Nesse momento, então, para fechar a discussão sobre a definição de conhecimento proposta em um dicionário, o professor pede aos alunos que elaborem em conjunto o que seria conhecimento para eles, de modo a definir o que é conhecimento para a turma. Nesse momento, outra vez, os alunos estão sendo levados a um desafio.

Desafios estimulam, trabalham o raciocínio, a reflexão. Além disso, estarão construindo uma definição que é de todo o grupo; nesse contexto, o trabalho em equipe e o respeito estão intensamente presentes.

Ao final de todo o processo da primeira atividade, os alunos estarão apresentando um pouco do resultado de suas reflexões não apenas para a sua turma, mas para toda a escola, de modo que a escrita tem um público-alvo que não o professor, o que é essencial para a produção de um trabalho autônomo e consciente, que apresente, talvez, traços que se devem de antemão ao público leitor.

Já na segunda atividade proposta aqui como exemplo do exercer da educação de qualidade aqui proposta, os estudantes são sujeitos a uma abertura de horizontes que, se ocorresse no ensino atual, os desestabilizaria. Essa abertura se refere à possibilidade de eles escolherem temas quaisquer e colocarem interesses pessoais como algo a ser trabalhado na escola, unindo prazer e estudo, curiosidade e aprendizado de forma efetiva. Isso é necessário. A liberdade também na possibilidade de recursos a serem utilizados para as apresentações das pesquisas e para o compartilhamento na internet com os colegas é bastante construtiva, pois uma busca ampla no campo de pesquisa, a qual, provavelmente, gera curiosidade, gera o prazer de aprender, ajudando na constante evolução do “aprender a aprender”. O gosto pelo aprendizado é muito marcante em uma atividade que apresente liberdade, pois possibilita fortemente a percepção do aluno sobre o estudo como algo agradável. Também é importante promover uma apresentação de trabalhos que não se encerre em si, mas que prossiga tendo impactos após o momento de expor para a turma pessoalmente. Para isso, não há ferramenta melhor que a internet. O professor deve incentivar os comentários construtivos de uns sobre os trabalhos dos demais, o que promove um desenvolvimento conjunto de conhecimento, que implica respeito e espírito de equipe.

Além disso, uma ferramenta bastante importante e que não pode ser esquecida é a abertura da percepção de linguagem para o nível mundial de modo que não haja um fechamento na língua e na linguagem que vemos no Brasil. A Linguagem, afinal, é um recurso humano, é um constituinte importantíssimo do homem de forma geral e assim deve ser percebida, em suas variações culturais e

particulares. É importante, portanto, para o desenvolvimento dessa percepção, o conhecimento da realidade de outras nações e regiões do mundo para que se possa construir não apenas a absorção de um conjunto de informações sobre outras culturas e histórias, mas a análise respeitosa, o julgamento crítico sem preconceitos, a crítica de valores trabalhada sob o entendimento da formação dos valores da região estudada envolvendo nessa reflexão o conhecimento dos problemas históricos, políticos e sociais enfrentados pelo outro. Isso é ler a linguagem do mundo, o que muitas pessoas, hoje, têm dificuldade em fazer. Ao pensar os problemas do mundo, como proposto na terceira atividade aqui exemplificada, o aluno desenvolve um pouco essa percepção de linguagem internacional, mas, também, não menos importante, desenvolve uma percepção humana sobre o problema do outro, o que pode trazer indignação. Esse sentimento, porém, não é negativo, mas, sim, o contrário, pois auxilia na construção de um indivíduo que não é alheio aos problemas do mundo, que não se deixa acomodar, que se mobiliza mais perante injustiças, que é crítico e, por isso, tem mais segurança de si, pois a criticidade gera empoderamento, que está estreitamente ligado a autonomia. Conscientizar os demais, então, através de mensagens e de incentivos à busca pelo conhecimento são ações extremamente positivas, pois formam um sujeito que dificilmente se submeterá, será passivo ou corrompido.

Refletir sobre o que é conhecimento, aprofundar-se em um tema por interesse próprio e pensar sobre problemas mundiais, buscando mais informações sobre eles, são ações extremamente construtivas e estão aqui dispostas nesses exemplos de atividade, que são mínimos, mas nos servem para unir a teoria aqui exposta com a prática de uma forma mais concreta. Essas ações são daquelas que nos levam a evoluir, mas, mais importante, a querer evoluir. Construir uma reflexão própria, aprofundar-se em uma área de interesse e buscar entender questões globais são ações que envolvem significativamente a autonomia e promovem a formação da autonomia. E o que precisamos no mundo são seres humanos críticos, ativos, autônomos, que não se submetem, que reconhecem o próprio valor e a própria palavra, que questionam, que buscam entender antes de tomar decisões, que não absorvem opiniões, mas que formam as suas a partir do próprio conhecimento. Essa seria uma sociedade que pode mudar o mundo, que pode enfrentar a injustiça e a opressão. É disso que a humanidade precisa.

## 8 BIBLIOGRAFIA

BAKHTIN, M. **Marxismo e a Filosofia da Linguagem**, 12ª Edição, São Paulo, Hucitec Editora, 2006.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação**, 18ª Edição, São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

FARACO, C. A., **Calidoscópico**, Vol.4, n. 1, p. 15-26, jan/abr 2006, Unisinos.

FIORI, ERNANI, **Prefácio da Pedagogia do Oprimido**, 11ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, Exemplar Nº 1405, Distribuição Exclusiva: Editora Civilização Brasileira S.A., 1967.

-. FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**, 11ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1987.

PLATÃO. **A República**, Tradução de J. Guinsburg, 1º Volume, São Paulo, Editora Difusão Europeia do Livro, 1965.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou Da Educação**, tradução de Sérgio Milliet, 3ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil S.A., 1995.

SOUZA E SILVA, M. C. P, VILAÇA KOCH, I. **Linguística Aplicada ao Português: Sintaxe**, 16ª Edição, São Paulo, Cortez Editora, 2011.

Título II, **Legislação Brasileira sobre Educação**, DOS PRINCIPIOS E FINS DA EDUCACAO NACIONAL, LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, atualizada em 03/04/2013(Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Legislação Brasileira sobre Educação 2ª edição, Art. 2º, p. 22, Editora Biblioteca Digital (<http://bd.camara.leq.br>).